

O processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian

The process of reconstituting access to documentation in the Calouste Gulbenkian Foundation's Charity Service Archive

RITA EMÍLIA FERREIRA FERNANDES

Bjarke Ingels Group Archives & Digital Asset Management Assistant

fernandes.ritaemilia@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2559-1279>

RESUMO

O Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian, um dos quatro serviços fundadores, ficou responsável pela gestão dos subsídios concedidos a instituições nomeadas por Calouste Gulbenkian no seu testamento, pela coordenação dos novos pedidos de subsídios, assim como dar respostas a situações inesperadas que provocaram fragilidades numa determinada comunidade em território nacional e internacional. O arquivo desta unidade orgânica, à guarda do Arquivo da Fundação permite não só acompanhar a miríade de processos de subsídios individuais e coletivos, que ao longo das várias décadas de atividades beneficiaram várias iniciativas, como também as mudanças de direção e designação ao longo do tempo¹. Partindo do estudo

¹ Em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SSPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH).

do arquivo do Serviço de Beneficência, pretendeu-se questionar o seu contexto de produção e referência. Este trabalho para além de se empenhar na descrição do processo de reconstituição do acesso à documentação, procura perscrutar e decifrar as lógicas, à primeira vista paradoxais, dos códigos utilizados por aquela unidade orgânica. Dedicase ainda a uma reflexão aprofundada sobre a decalagem entre a cultura administrativa e a arquivística, que pode levar a perdas de conhecimento significativas, sendo assim perspetivadas estratégias de mitigação.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos de fundações; Etnografia; Finding aids.

ABSTRACT

For Eric Ketelaar, research on archives allows - through the study of their context, purpose of creation, users and holders, as builders of memory over time and space - to question why. In addition to questioning being fundamental for a posteriori investigation in the archive — starting from the study of the archive and its structure to later explore its contents — it is an instrument of experimentation and change necessary to “save the profession” (1999, p. 4).

Starting from the study of the Calouste Gulbenkian Foundation Charity Service archive, the aim was to question its context of production and referencing. The Charity Service, as one of the four founding services, was responsible for managing subsidies granted to institutions named by Calouste Gulbenkian in his will, coordinating new requests for subsidies, as well as responding to unexpected situations that caused weaknesses in a given community in a national and international territory (for example: the Lisbon floods of 1967, the returnees from Angola in 1975, the earthquake in the Azores in 1980, etc.). The archive of this organic unit, in custody of the Calouste Gulbenkian Foundation Archive, allows not only the monitoring of the myriad of individual and collective subsidy processes, which over the several decades of activities benefited various initiatives but also changes in direction and designation over time². In terms of size, the Service Archive is made up of 1047 storage units, making up approximately 105 linear meters of documentation that accompany the temporal arch between 1953 to mid-2013 — in 2001, in the “Diagnosis of the Archival System”, an internal publication, it was esti-

² In 1971 the Charity Service was renamed to Health and Social Protection Service, and from 2001 to 2013, it was called Health and Human Development Service.

mated that the Gulbenkian Archive would comprise around 4,000 meters of documentation, with the archive of this organic unit accounting for around 2.6%.

In the January 2008 internal newsletter of the FCG, João Vieira points out that one of the great challenges in describing the institution's Archives is "the fact that the archive is extensive, that some sectors are in a foreign language (including Armenian) and that some subjects or themes are particular and complex for us archivists, especially those related to the financial and oil areas". These challenges and the constraints related to the services referral systems (which were unique in each organic unit) made the investigation and description process difficult.

Beyond striving to describe the process of reconstituting access to documentation, this work seeks to peer into and decipher the logic, at first sight paradoxical, of the codes used by that organic unit. In this sense, it became clear that the opportunity to get in touch with the producers, managers and collectors of a given archive should not, under any circumstances, be wasted.

Finally, it is dedicated to reflecting on the gap between administrative and archival culture, which can lead to significant knowledge losses, thus forecasting mitigation strategies.

KEYWORDS: Foundation archives; Ethnography; Finding aids.

Abreviaturas

AH – Arquivística Histórica

ASSDH – Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano

FAP – Fundo de Apoio da Presidência

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FA – Finding Aids / Índices

ISKO – International Society for Organization of Knowledge / Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento

KO – Knowledge Organization / Organização do Conhecimento

KOS – Knowledge Organization Systems / Sistemas de Organização do Conhecimento

SB – Serviço de Beneficência

SSDH – Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano

SSPS – Serviço de Saúde e Proteção Social

UAC – Unidade de acondicionamento

Para Eric Ketelaar a investigação sobre os arquivos permite, através do estudo do seu contexto, propósito de criação, usuários e detentores, como construtores de memória ao longo do tempo e espaço, questionar porquê. Para além do questionamento ser fundamental para uma investigação no arquivo *a posteriori* — partir do estudo do arquivo e da sua estrutura para posteriormente explorar os seus conteúdos —, é um instrumento de experimentação e de mudança, necessário para “salvar a profissão” (1999, p. 4).

A investigação, proposta e desenvolvida no âmbito do segundo semestre da pós-graduação em Arquivística Histórica (AH), parte de uma vontade em estudar o arquivo do Serviço de Beneficência (SB)³ da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), questionando o seu contexto de produção e referência. Este trabalho para além de se empenhar na descrição do processo de reconstituição do acesso à documentação, procura perscrutar e decifrar as lógicas, à primeira vista paradoxais, dos códigos utilizados por aquela unidade orgânica. Dedicase ainda a uma reflexão aprofundada sobre a deca- lagem entre a cultura administrativa e a arquivística, que pode levar a perdas de conhecimento significativas, sendo assim perspetivadas estratégias de mitigação.

Do ponto de vista metodológico, procurou-se através da leitura de produções científicas, reunir algumas perspetivas sobre as temáticas que foram surgindo à medida que a investigação se adensava. Paralelamente à análise dos próprios documentos em arquivo, procedemos a uma série de levantamentos e recolha etnográfica de informações com a ajuda de uma antiga colaboradora do serviço de modo a, de alguma forma, registar o conhecimento sobre os sistemas de referência e organização utilizados por aquela unidade orgânica.

A organização deste projeto de investigação é o produto de um permanente processo de aproximação, estando estruturado em, essencialmente, dois momentos: um primeiro onde será abordado o Arquivo do Serviço de Beneficência da FCG, apresentando os *finding aids* (FA) associados à documentação da unidade orgânica e qual o percurso que fizemos para aceder à mesma; e um segundo momento onde refletimos sobre o desfase- mento entre a cultura administrativa e a arquivística, lançando algumas propostas de modo a colmatar as perdas de conhecimento frequentemente associadas a essa discrepância.

³ Em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH).

A leitura e revisão da bibliografia, essencialmente baseada em produções científicas nacionais e internacionais, permitiram não só desenvolver e consolidar conhecimentos ligados à teoria arquivística — propiciando um espírito crítico e mais informado — como também refletir sobre determinadas práticas em Arquivo. Estas ajudaram direta ou indiretamente a gizar a estrutura da investigação.

Se num primeiro momento as leituras incidiram sobre artigos relacionados com a investigação sobre Arquivos e a relação da Etnografia com a Arquivística; num segundo momento as leituras apostaram em produções escritas relacionadas com os sistemas de referenciação arquivística, a organização do conhecimento (KO) e os seus sistemas (KOS) e as perdas de conhecimentos relacionadas com a cultura administrativa.

A publicação comemorativa dos 50 anos da FCG, “Fundação Calouste Gulbenkian: Factos e Números” (Esgaio & Vieira, 2008), percorre e apresenta os vários serviços que fizeram parte da instituição, alguns deles extintos. Na apresentação do serviço associado ao fim estatutário da Beneficência são identificadas três fases de atividade:

- 1ª fase entre 1956 e 1980 – caracterizado pelos “primeiros programas de apoio à saúde pública”
- 2ª fase entre 1980 ao ano 2000 – caracterizado pela “aquisição de equipamento para o diagnóstico e tratamento da doença, no contributo à implantação de atividades médicas não existentes no país”
- 3ª fase após 2000 – caracterizado pelas “parcerias e participação em redes, designadamente internacionais”

Não deixa de ser curiosa esta identificação que não tem em conta, por exemplo, as alterações de denominação do Serviço que em 1971 passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social e em 2001 a Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano. É um faseamento que parece ter em conta a natureza dos subsídios que efetivamente a partir dos anos 1980 vão incidir fortemente no apetrechamento de hospitais e equipamento de assistência, enquanto nos processos iniciais é claro o movimento dinamizado pela Fundação no âmbito da construção e ampliação de infraestruturas, assim como uma atividade benemérita ligada a entidades singulares.

Esta investigação permitiu explorar a relação da etnografia com a arquivística através da leitura de alguns artigos científicos. Foi, sem dúvida, uma das temáticas que despertou maior interesse ao longo da investigação. Neste âmbito o artigo de Karen Gracy publicado na *Archival Science* 4 de 2004, “Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival

Ethnography” (2004, pp. 335-365), apresenta uma análise do arquivo sob um ponto de vista sociológico. São desde logo introduzidos os conceitos de etnografia e a aplicação desse conceito à arquivística, referindo, que a etnografia é uma forma de inquérito naturalista que coloca o investigador num determinado ambiente arquivístico de modo a alcançar a perspetiva cultural dos responsáveis pela criação, coleção, cuidado e uso dos registos. Esta proposta de posicionamento que respeita e inclui os produtores da informação como agentes ativos do processo de investigação e descrição de determinado Arquivo pareceu-nos, quando possível, uma posição a ter em consideração. Para a professora da School of Information da Kent State University uma “community of practice” é constituída pelos criadores e usuários dos documentos juntamente com os arquivistas onde através de uma interação social é possível criar e definir valores/significados.

O capítulo “Archival Ethnography” de Stephanie Decker e Alan McKinlay para o compêndio da Routledge sobre “Anthropology and Business” remete para a estreita relação entre as duas disciplinas, definindo a etnografia arquivística como “uma observação não participada” (2020, p. 19).

Lauren Haberstock, no seu artigo de 2019, “Participatory Description: Decolonizing Descriptive Methodologies in Archives” (2020, pp. 125-138), para além de abordar uma componente participatória na descrição arquivística, enuncia Luciana Duranti que delineava a descrição arquivística através de três fatores: “preservation of meaning, exercise of control, and provision of access”. A preservação de significado é fundamental para a verdadeira compreensão do arquivo, no caso do Arquivo do Serviço de Beneficência a questão da nomenclatura e códigos atribuídos pelo serviço prendiam-se já com juízos de valor em relação aos processos. Da conversa formal com uma antiga colaboradora do já extinto Serviço de Saúde e Proteção Social⁴, Madalena Queiroz e Melo, pretendíamos chegar a algumas respostas nesse sentido, por exemplo, se seria possível um processo ser classificado numa determinada categoria e ser eventualmente reclassificado?

Análise, história e evolução orgânica do Arquivo do Serviço de Beneficência

A Fundação Calouste Gulbenkian, instituída em 1956 com a aprovação e publicação em Diário do Governo dos seus estatutos no Decreto-lei 40690

⁴ Denominação sucessora do Serviço de Beneficência entre 1971-2001.

(imagem 1), de 18 de julho, foi definida inicialmente por quatro fins estatutários: Arte, Beneficência, Ciência e Educação. A sua atividade ao longo do tempo foi “complementar da do Estado” (Esgaio & Vieira, 2008, pp. 59-61), principalmente no que à Beneficência disse respeito.

O Serviço de Beneficência (SB)⁵, como um dos serviços fundadores, ficou responsável pela gestão dos subsídios concedidos a instituições nomeadas por Calouste Gulbenkian no seu testamento, pela coordenação dos novos pedidos de subsídios, assim como dar respostas a situações inesperadas que provocaram fragilidades numa determinada comunidade em território nacional e internacional (por exemplo: as cheias de Lisboa de 1967, os retornados de Angola em 1975, o sismo nos Açores em 1980, etc.). O arquivo desta unidade orgânica, à guarda do Arquivo da FCG, permite não só acompanhar a miríade de processos de subsídios individuais e coletivos, que ao longo das várias décadas de atividades beneficiaram várias iniciativas, como também as mudanças de direção e designação ao longo do tempo — em 1971 o Serviço de Beneficência passa a denominar-se Serviço de Saúde e Proteção Social (SSPS), sendo que de 2001 a 2013 foi denominado por Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano (SSDH)⁶. Tendo em conta estas mudanças o Arquivo Gulbenkian determinou, segundo a estrutura orgânica no software de descrição NYRON, atribuir a denominação “Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano” (ASSDH) por corresponder à última fase de atividade do serviço, antes de ser dividido em vários programas. Na publicação comemorativa dos 50 anos da FCG é referido que “a finalidade estatutária ‘Beneficência’ foi sendo interpretada ao longo dos anos e, a atestá-la, está a sucessiva alteração do nome do Serviço da Fundação incumbido de a concretizar” (Esgaio & Vieira, 2008, p. 61) — a partir de 1971 é significativa a redução de subsídios a entidades singulares, fixando-se o foco nos hospitais e organizações de solidariedade social.

O Arquivo da FCG, integrado com a Biblioteca de Arte, é constituído não só pelos conjuntos documentais produzidos no âmbito da atividade (empresarial e filantrópica) de Calouste Gulbenkian e dos seus colaboradores, como também pela documentação proveniente dos vários serviços da FCG (Esgaio & Vieira, 2008, pp. 6-7). Nas últimas décadas temos assistido a uma sistemática recolha, organização e preservação dessa documentação, que

⁵ Alberto Azevedo Gomes foi diretor do serviço até 1963, tendo sido sucedido por Augusto Reimão Pinto (1963-1995) e Manuel Rodrigues Gomes (1995-2013).

⁶ A partir de 2013 o serviço passa a subdividir-se em vários programas relacionados com o desenvolvimento humano e a coesão social.

tem permitido manter a memória do fundador e da instituição, dando a conhecer melhor as suas atividades e encorajando a investigação científica⁷.

No âmbito do projeto *ArchNeed, Arquitetura de Necessidade: Equipamento Comunitário em Portugal 1945-1985*⁸, pretendeu-se, em colaboração com o Arquivo Gulbenkian, descrever arquivisticamente os processos de concessão de subsídios que utilizaram ações de construção/ampliação/recuperação como instrumento de resposta a uma necessidade de uma determinada comunidade. O Arquivo do Serviço de Beneficência⁹ em nenhum momento foi descrito ou sofreu um tratamento arquivístico, existindo apenas alguns elementos que davam conta da existência de unidades de acondicionamento referentes à sua atividade.

Em termos de dimensão o Arquivo do Serviço é composto por 1047 unidades de acondicionamento, perfazendo aproximadamente 105 metros lineares de documentação que acompanham o arco temporal entre 1953¹⁰ a meados de 2013¹¹ — em 2001, no “Diagnóstico ao Sistema Arquivístico”, uma publicação interna, estimava-se que o Arquivo Gulbenkian fosse composto por cerca de 4.000 metros de documentação, sendo que o arquivo desta unidade orgânica corresponderia a cerca de 2,6 % (Costa & Vieira, 2001).

As unidades de acondicionamento (UAC) correspondentes ao ASSDH encontravam-se distribuídas por dois depósitos, um controlado do ponto de vista da temperatura e humidade (câmara semifria regulada do ponto de vista da temperatura (16°C) e humidade relativa (30-40%)) e outro, denominado por ‘depósito sujo’, sem qualquer tipo de controlo de temperatura e humidade, uma antiga sala de ensaio do *Ballet Gulbenkian*¹² (onde se encontraram os processos mais recentes do SSDH). O Arquivo do Serviço associado ao fim estatutário da Beneficência da FCG é fundamentalmente um arquivo de processos de subsídios, onde a arquitetura se manifesta como um dos instrumentos de resposta.

A pulverização das unidades de acondicionamento impôs desde logo a questão: Qual a abordagem a eleger para aceder à documentação desta

⁷ Newsletter interna da FCG de janeiro de 2008.

⁸ ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985 (PTDC/ART-DAQ/6510/2020). <https://arquitecturaaqui.eu/>

⁹ Na estrutura orgânica do software de descrição utilizado pelo Arquivo o nome atribuído a este fundo documental é “Arquivo do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano”.

¹⁰ Apesar da FCG ter sido apenas instituída em 1956, encontramos neste arquivo documentação anterior a esta data, no âmbito da atividade benemérita de Calouste Gulbenkian.

¹¹ No âmbito do projeto ArchNeed foram realizados 1514 registos de descrição a vários níveis — 1 série, 403 processos, 283 subprocessos, 9 sub-subprocessos, 306 documentos, 512 peças.

¹² Extinto em 2005.

unidade orgânica? (imagem 2) Tendo em conta que o projeto ArchNeed tinha como objetivo a descrição arquivística de processos onde existisse uma componente construtiva, o trabalho inicial partiu logo para uma análise dos Relatórios de Contas (*Chartered Accountants' Reports*) — no Artigo 23º do Decreto-lei 40690, de 18 de julho de 1956, é identificada esta tipologia que se revelou muito pertinente no contexto do arquivo e principalmente no âmbito da descrição do Serviço de Beneficência. O Artigo 23º declara que “o conselho de administração procederá todos os anos a um rigoroso inventário do património da Fundação e a um balanço de todas as suas receitas e despesas”. Estes inventários que resultaram nos relatórios de contas são fundamentais para o acompanhamento da atividade da FCG em Portugal e no Estrangeiro, segundo os seus fins estatutários. Na secção correspondente ao âmbito assistencial da ‘caridade’ (charity) são assinaladas as instituições, a finalidade principal do subsídio concedido e um rastreamento cronológico do pagamento do subsídio atribuído. Estas publicações internas da FCG permitiram facilmente assinalar as entidades que obtiveram subsídios no enquadramento do projeto ArchNeed porque, para além de referirem o nome da entidade, o valor concedido, o valor pago e por pagar, alegavam também a finalidade do subsídio. Contudo, após uma identificação/seleção nos relatórios das entidades cujos processos se enquadram no projeto, surgiu a questão: Como localizar estes processos fisicamente? Através dos relatórios não conseguimos estabelecer nenhuma relação com as 1047 UAC. Assim, foi tomada a decisão de investir na análise das guias de remessas emitidas pela própria unidade orgânica quando remeteu as unidades para o Arquivo. As guias revelaram-se incipientes no sentido em que apenas apresentavam códigos associados ao número das UAC. Neste passo surgiu a interrogação: Como identificar os códigos das entidades beneficiárias selecionadas nos relatórios de contas? A este ponto sabíamos da existência das quatro caixas com as fichas (verbetes) dos processos de entidades coletivas beneficiárias que para além de apresentarem o nome da entidade e um pequeno resumo do processo de concessão de subsídio, estabeleciam o código de referência do processo. Foi então necessário proceder a um cruzamento dos elementos pré-existentes — as fichas de entidades, os *Chartered Accountants' Reports* e as guias de remessa — numa tentativa de compreender a correspondência entre os códigos das entidades, os nomes das entidades e as cotas das UAC de modo a determinar a localização física dos processos identificados num primeiro momento. Essa interseção da informação dos vários índices foi fundamental tendo em conta que nenhum dos três tinha capacidade para dar uma resposta isolada.

Embora esta interseção de dados tenha gerado a localização de alguns processos, tratou-se apenas de uma minoria. Isso levou a que a certo momento se iniciasse a verificação física das unidades de acondicionamento, uma a uma, registando num roteiro, em formato Excel, a localização das unidades de acondicionamento e os respetivos processos. Este desvio, embora represente um pouco a fragilidade dos índices, permitiu/ propiciou um contacto com toda a documentação do arquivo do serviço — se o cruzamento dos índices tivesse permitido determinar à partida a localização dos processos, este contacto com a documentação na sua totalidade não teria sido possível.

A abordagem à documentação passou assim por duas fases, ambas importantes do ponto de vista da análise e estudo do arquivo daquela unidade orgânica.

Parece-nos importante referir que no caso deste serviço, cada entidade petionária constitui um processo, classificado com uma determinada categoria, independentemente do número de subsídios concedidos, sendo os documentos ordenados por ordem de tomada de decisão. Esta classificação não é transversal aos restantes serviços da FCG, no serviço de Educação, a título de exemplo, cada processo de concessão de subsídio tem uma classificação única, mesmo que tenha em comum a entidade requerente/beneficiária. Das 1047 unidades de acondicionamento, cerca de 8,31% não foram encontradas havendo um registo de eliminação das mesmas. Algumas destas unidades continham, segundo apuramos através do cruzamento inicial dos índices, processos identificados nos *Chartered Accountants' Reports* com subsídios para construção. Verificamos em arquivo a existência de 42 microfiches associados ao Serviço de Beneficência que nos remeteram para a possibilidade de estes processos, instalados em unidades de acondicionamento não encontradas, terem sido microfilmados e posteriormente destruídos.

O processo de microfilmagem iniciou-se em agosto de 1980 quando o Conselho de Administração da FCG deliberou “que a microfilmagem passaria a constituir uma atividade normal e regular na atividade dos Serviços da FCG e executada sob a responsabilidade de um membro do Conselho de Administração para esse efeito designado”¹³. A Partex-CPS ficou responsável pelo “estudo, implementação e operação do Centro de Microfilmagem da FCG”. Em meados de 1985 desencadeou-se o *Projecto de Informatização* da FCG com a organização de vários programas de sensibilização à informática. As décadas de 1980 e 1990 ficaram assim marcadas pelo extenso processo de microfilmagem e informatização, que tinha como principal

¹³ In Regulamento de Conservação Arquivística Microfilmada – Microfilmagem dos Arquivos Mortos na Fundação Calouste Gulbenkian.

objetivo dar uma resposta à acumulação documental que se fazia sentir junto das unidades orgânicas da instituição. No que diz respeito ao Serviço de Beneficência foram microfilmados 273.000 documentos, resultando nas 42 bobinas de 16 milímetros, sendo que entre 1988 e 1998 foram eliminados cerca de 11,7 metros lineares de documentação, correspondendo a 2,21% de toda a documentação eliminada nesse arco temporal. Segundo a “Análise de Documentação e Desenvolvimento de Actividades do Serviço de Saúde e Protecção Social” realizada pela Partex-CPS, Augusto Reimão Pinto¹⁴, diretor do SSPS, numa reunião em setembro de 1982 indica que “o arquivo se encontra organizado em três grandes categorias — Subsídios Instituições, Subsídios Individuais e Documentos de Funcionamento do Serviço — cujos dois primeiros se encontram subdivididos em Pedidos Atendidos e Não Atendidos”. Numa reunião em dezembro de 1982¹⁵ o diretor do SSPS decide o destino da documentação através da seguinte combinação de ações:

- Conservar sem Microfilmar – subsídios a instituições atendidos em execução; subsídios a Instituições Atendidos executados; desmembramento processos coletivos atendidos;
- Microfilmar e Conservar – informações;
- Microfilmar e Destruir – subsídios instituições recusados; subsídios instituições coletivos sem andamento; subsídios individuais atendidos; subsídios individuais recusados; copiadores;
- Destruir sem Microfilmar – cópias autorização subsídios; ordens de pagamento; desmembramento processos coletivos não atendidos.

Nessa reunião foi ainda decidido que a microfilmagem iria incluir o arco temporal até 1981 (inclusive).

Os *finding aids* (FA) e os sistemas de referência utilizados

“Finding Aid – The descriptive tool, published or unpublished, manual or electronic, produced by the Archives to establish physical control

¹⁴ Augusto Reimão Cunha Pinto – Diretor do Serviço de Saúde e Protecção Social da FCG entre 1963 e 1995.

¹⁵ In Análise de Documentação e Desenvolvimento de Actividades do Serviço de Saúde e Protecção Social, relatório interno realizado pela Partex-CPS.

and/or intellectual control over records and/or archival materials” (Jimerson, 2002, p. 125).

O artigo de 2002 de Randall C. Jimerson, “Archival Description and Finding Aids”, enuncia a definição de FA, acima apresentada, que Lewis e Lynn Bellardo, em 1992, apresentam em “A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers”.

No caso do Arquivo do serviço associado ao fim estatutário da Beneficência os índices que encontramos não foram realizados pelo Arquivo, mas sim pelo próprio serviço no momento de produção — visavam, por um lado, resumir o percurso de determinado processo e por outro localizá-lo de uma forma mais eficaz.

Segundo Fernanda Ribeiro os índices são um “produto de uma abordagem vertical ou horizontal do sistema de informação” sendo do ponto de vista tipológico um elemento que pode ter “características muito diversas”. Segundo a autora esta especificidade não resulta apenas do nível de análise arquivística, mas também do tipo de pontos de acesso que incluem (Ribeiro, 2003, p. 38) — “normalmente, os elementos constitutivos de um índice são apenas de tipo orientador (pontos de acesso e referência topográfica), não havendo uma parte descritiva. Assim, de acordo com o tipo de pontos de acesso, também os índices se podem enquadrar em tipologias específicas, a saber: índice alfabético (com as variantes de antroponímico, toponímico, geográfico, ideográfico), índice cronológico, índice sistemático (de assuntos ou de outra natureza, dependendo do tipo de classes estabelecidas) ou índice topográfico” (Ribeiro, 2003, p. 38).

Foi precisamente no que diz respeito aos índices e códigos de referência do ASSDH que os vários contactos com a antiga colaboradora, Madalena Queiroz e Melo, atualmente coordenadora do Programa Gulbenkian Conhecimento, se mostraram determinantes para a consolidação e estabelecimento de significados.

Os índices que encontramos associados ao Serviço de Beneficência são os seguintes:

- Fichas de entidades coletivas beneficiárias

Com o formato 22,7 x 15,2 centímetros, estes verbetes registam através da data e de um pequeno resumo os momentos mais relevantes do processo de concessão de subsídio (acta de autorização de concessão de subsídio, datas de pagamentos, etc.). Estão organizadas por ordem alfabética em quatro caixas (formato das caixas: 24 x 34,4 x 17,8 centímetros) — Caixa 1: A-C; Caixa 2: C-G; Caixa 3: H-L; Caixa 4: M-Z

- Relatórios dos subsídios concedidos / Chartered Accountants' Report for the Year Ended

Com o formato 29,7 x 21 centímetros, era nestas publicações internas da FCG onde, normalmente, a cada ano ou a cada dois anos se apresentava o registo das atividades económicas da fundação. No que dizia respeito ao Serviço de Beneficência (posteriormente Serviço de Saúde e Proteção Social) eram apresentadas as entidades coletivas subsidiadas naquele período, o destino do subsídio (por exemplo: "obras de ampliação"; "auxílio geral"; "aquisição de equipamento"; etc.) e o valor total do subsídio. O primeiro relatório de contas incluiu os anos entre 1956 e 1962. O segundo relatório inclui os anos de 1963 a 1965. A partir de 1966 passam a ser publicações anuais, em inglês e passam a denominar-se "*Chartered Accountants' Report for the Year Ended*". Normalmente a publicação apresentava uma organização por geografia seguida de uma organização por fim estatutário.

- Guias de Remessa

Com o formato 29,7 x 21 centímetros, este é um instrumento produzido pelo Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano quando procedeu ao envio das unidades documentais para arquivo. É um elemento pouco detalhado onde praticamente nunca é referido os nomes das entidades nas unidades de acondicionamento. Utilizam apenas os códigos seja dos processos ou das UAC.

- Roteiro – Arquivo FCG

Com o formato digital — folha Excel, é um ficheiro que, a partir de uma breve análise das unidades de acondicionamento por tratar, registou as unidades referentes ao ASSDH, existindo 1047 unidades de acondicionamento numeradas de 1 a 1047. Inicialmente este ficheiro não apresentava que processos estavam associados às UAC, tendo sido essa uma tarefa do projeto ArchNeed.

- [Livro de] Registo de Processos

Com o formato 33 x 26,2 centímetros — composto por dois volumes: volume 1 correspondente ao arco temporal entre 1957 e julho de 1985 (sufixo 1 a 3134); volume 2 correspondente ao período entre 1985 e agosto de 2000 (sufixo 3135 a 3687) — estes livros eram onde o Serviço de Beneficência registava a entrada de pedidos de subsídios. Estava organizado segundo uma tabela com colunas de preenchimento para: número de ordem (que dará origem ao número do código D1, por exemplo o número

1 da tabela corresponde ao D.1./1); Ano; Nome da Instituição; Morada; Observações (normalmente preenchido com “arquivado” ou “concedido”).

- Livro de Registo de Beneficiários

Com o formato 33 x 26,2 centímetros — composto apenas por um volume, correspondente ao arco temporal entre 1955 e 1957, é o livro de registo dos beneficiários da Herança Gulbenkian / Fundação Calouste Gulbenkian. Contém o nome, data de pagamento e importância.

Articulados aos índices encontramos referência a um extenso conjunto de códigos. Até aos anos 2000 os códigos de referência eram compostos por duas células, um prefixo correspondente à categoria do processo e um sufixo correspondente à numeração do processo que estava relacionado com a ordem de entrada no serviço (imagem 3). Associados aos códigos de referência utilizados por esta unidade orgânica (imagem 4) encontramos os seguintes prefixos (até aos anos 2000):

- A – Processos de entidades coletivas subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian regularmente e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- B – Processos de entidades coletivas subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian sem carácter regular e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- F – Processos de entidades coletivas subsidiadas em regime extraordinário pela FCG — podiam ter sido subsidiadas pelo próprio Gulbenkian¹⁶
- D.1 – Processos de entidades coletivas subsidiadas pela FCG¹⁷
- D.2 – Processos de entidades coletivas apenas com subsídios indeferidos
- ASA – Assuntos sem andamento¹⁸
- C.2 – Processos de entidades singulares subsidiadas pelo próprio Calouste Gulbenkian e que transitaram para o Serviço de Beneficência quando a FCG foi instituída
- E – Processos de entidades singulares subsidiadas pela FCG
- I/C.1 – Entidades individuais apenas com subsídios indeferidos

¹⁶ A Cáritas foi inicialmente classificada como B e posteriormente reclassificada como F.

¹⁷ Dentro dos processos das entidades da categoria D1 podem existir alguns pedidos de subsídios indeferidos.

¹⁸ Código de referência dado ao conjunto de pedidos “sem andamento” microfilmados.

- G – Informações¹⁹
- Cop. – Copiadores

Tal como referido previamente, o sistema de referência para além da categorização através de um prefixo que categorizava as entidades, tinha a particularidade de ser formado por um sufixo correspondente ao número de entrada no serviço. Curiosamente os processos categoria A, B e F não utilizavam numeração árabe, sendo o código formado por uma partícula de sufixo em numeração romana.

No caso do prefixo D.1, correspondente à categoria mais descrita até ao momento, correspondendo a processos de entidade coletivas que iniciaram depois da instituição da FCG.

O Serviço de Beneficência, assim como os restantes serviços fundadores da FCG, atribuía a cada entidade que pedia um subsídio ou iniciava uma comunicação um código — por exemplo D.1/####²⁰ —, passando a organizar essa troca de correspondência interna e externa em unidades de acondicionamento, de forma cronológica. Sempre que recebiam um ofício da entidade beneficiária, para além de carimbarem e assinalarem com data de entrada, inscreviam também o código do processo.

A partir dos anos 2000 assiste-se a uma informatização do serviço (imagem 5) o que leva a uma nova classificação dos processos de subsídio. É atribuído um código de entidade beneficiária (E) ao qual é associado um código de processo (P), assim cada atribuição de subsídio passa a corresponder a um processo e passa a estar classificado através de dois códigos (E-##### P-#####). Até a essa data cada processo continha todos os pedidos e concessões de subsídios de uma determinada entidade e estava definido apenas pelo código de ‘categoria’ da entidade (D.1/#####).

A decalagem entre a cultura administrativa e arquivística. A etnografia como ferramenta de apoio à arquivística

Na newsletter interna da FCG de janeiro de 2008, João Vieira aponta como um dos grandes desafios da descrição dos Arquivos da instituição

¹⁹ Código de referência dado ao conjunto de informações microfilmadas – estão organizadas por sequência.

²⁰ No caso das categorias anteriores aos anos 2000, os cardinais representam o sufixo correspondente à numeração do processo que estava relacionado com a ordem de entrada no serviço.

“o facto de o arquivo ser muito grande, de alguns sectores estarem em língua estrangeira (incluindo arménio) e de alguns assuntos ou temas serem muito específicos e complexos para nós, arquivistas, sobretudo os que se relacionam com as áreas financeira e petrolífera”. Esses desafios juntamente com os constrangimentos relacionados com os sistemas de referenciação dos serviços (que eram únicos em cada unidade orgânica) dificultam o processo de investigação e descrição. Apesar de no tratamento arquivístico do ASSDH termos sido instigados por essa pulverização de informações, que em grande parte nem no cruzamento se mostravam fortuitas, o Arquivo Gulbenkian tem desenvolvido práticas de modo a não só normalizar a descrição como também a conceder um papel de destaque aos colaboradores que produzem, recebem, processam e consomem documentos. Segundo o Diretor da Biblioteca de Arte e Arquivos da FCG estes colaboradores “têm um papel essencial na gestão documental, uma vez que é com eles que as unidades documentais são criadas”, acrescentando que “importará, pois, aos arquivistas instituir normas e boas práticas que orientem estas pessoas e os sistemas de informação que operam na produção e conservação de documentos eficazes e relevantes do ponto de vista organizacional” (Newsletter F. C. G., 2008 p. 20).

Uma missão administrativa primária e secundária, como recurso de informação e de prova de apoio à salvaguarda e valorização da identidade e da cultura organizacional da instituição, suportar investigações científicas e técnicas em áreas temáticas concretas a desenvolver pela FCG ou por entidades externas e ser uma fonte de fruição cultural. Para além da missão apontada por João Vieira, são vários os processos ainda hoje solicitados para consulta por parte de investigadores (Newsletter F. C. G., 2008). O projeto ArchNeed, com a descrição arquivística que está a realizar do Serviço de Beneficência, é uma ação que irá tornar estes processos mais próximos dos utilizadores e de futuras produções científicas.

Chun Wei Choo, no artigo “The Knowing Organization: How Organizations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions” define o conhecimento organizacional como uma propriedade coletiva organizada por um conjunto de processos de uso da informação, pelos quais as pessoas criam significados comuns, desenvolvem novos conhecimentos e a utilizam para a tomada de ação (1996, pp. 329-340).

São vários os estudos que demonstram a pertinência da utilização da história oral como meio de preservação da memória organizacional, o *story-telling* deve ser visto como um processo de recuperação do conhecimento organizacional — a Etnografia deve ser colocada ao serviço da Arquivística.

Numa cronologia mais recente, Lídia Potrich com a sua dissertação de mestrado, “Riscos da Perda de Conhecimento vinculado a Fatores Humanos em Empresas Intensivas em Conhecimento”, de 2019, reconhece o fator determinante que o conhecimento desempenha no sucesso e sustentabilidade organizacional, reforçando a importância em mitigar as perdas de conhecimento associadas ao fator humano (Potrich, 2019).

A reconstituição do acesso à informação do Arquivo do Serviço de Saúde e Proteção Social não seria possível sem o contributo da colaboradora Madalena Queiroz e Melo, provavelmente a única pessoa que detém ainda algum conhecimento por detrás dos códigos atribuídos a cada processo e todo o sistema associado à articulação de códigos.

No contexto do ASSDH existiam várias pontas soltas, principalmente do ponto de vista dos índices. Com a possibilidade de conversas com um dos produtores e gestores da documentação deste arquivo tornou-se evidente a importância de tal contacto. Sem as várias conversas com a colaboradora, seria certamente um percurso de investigação mais demorado e dificultado. Da conversa surgiu, por exemplo, uma referência ao livro de registos que, posteriormente encontrado, se mostrou um instrumento importantíssimo para a compreensão do processo de documentalização do serviço, sendo que, de alguma forma, veio complementar os encontrados numa primeira fase — as fichas de entidades coletivas beneficiárias, os *accountants' reports* e as guias de remessa. Assim, tornou-se claro que a oportunidade em contactar com os produtores, gestores e acumuladores de determinado arquivo não deve ser, de modo algum, desperdiçada.

Esta investigação evidenciou, em certa medida, o exíguo investimento das instituições no que diz respeito à conservação dos sistemas de referência utilizados pelas unidades orgânicas que as compõem. A falta de investimento leva a que muitas vezes se perca informações quando os colaboradores com mais anos de experiência e que acompanharam as mudanças de determinado serviço se reformam ou, simplesmente, saem da instituição. O caso do ASSDH estaria provavelmente destinado a esse fim, se não fosse o esforço desta investigação e a tentativa de contribuir para uma melhor compreensão da produção, organização e referência do serviço. Os FA que encontramos associados a este serviço foram produzidos ao mesmo tempo que a documentação estava a ser processada e tentavam dar conta de todos os passos do processo de atribuição de subsídio. A maior parte da bibliografia consultada refere-se a FA produzidos pelos próprios arquivos e não pelos produtores da informação, sendo nesse sentido que os índices do ASSDH se destacam também pelo facto de não terem sido criados *a posteriori*.

Para além da compreensão das variantes e desvios no percurso geral na unidade orgânica, uma das premissas desta investigação, era também sensibilizar para as perdas de informação numa tentativa de mudança de paradigma. A descrição do ASSDH juntamente com esta preocupação em reunir os significados das classificações, que se poderiam perder em menos de uma década, teve como objetivo tornar estes processos mais próximos dos utilizadores e de futuras produções científicas.

Lista bibliográfica

Monografias:

- Costa, E., & Vieira, J. (2001). *Diagnóstico ao Sistema Arquivístico*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Esgaio, R., & Vieira, J. F. (Coord.). (2008). *Fundação Calouste Gulbenkian: Factos e Números*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, F. (2003). *O acesso à informação nos arquivos*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Publicações periódicas:

- Bearman, D. (1992). Documenting Documentation. *Archivaria*, (34), 33-49.
- Choo, C. W. (1996). The Knowing Organization: How Organizations Use Information to Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions. *International Journal of Information Management*, 16(5), 329-340.
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *The American Archivist*, 59(2), 136-143.
- Cook, T. (1997). The Impact of David Bearman on Modern Archival Thinking: An Essay of Personal Reflection and Critique. *Archives and Museum Informatics*, (11), 15-37. <https://doi.org/10.1023/A:1009035121019>
- Cox, R. J. (2007). Revisiting the Archival Finding Aid. *Journal of Archival Organization*, 5(4), 5-32. <https://doi.org/10.1080/15332740802153245>
- Gracy, K. F. (2004). Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival Ethnography. *Archival Science*, (4), 335-365. <https://doi.org/10.1007/s10502-005-2599-3>
- Haberstock, L. (2020). Participatory description: decolonizing descriptive methodologies in archives. *Archival Science*, (20), 125-138.
- Hjørland, B. (2016). Knowledge organization (KO). In B. Hjørland, & C. Gnoli (Eds.), *ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization*. <https://www.isko.org/cyclo>

- Jimerson, R. C. (2002). Archival description and finding aids. *OCLC Systems & Services: International digital library perspectives*, 18(3), 125-129. <https://doi.org/10.1108/10650750210439331>
- Ketelaar, E. (1999, November 1-2). *Research in and on archives* [Paper presentation]. National Scholarly Communications Forum. Roundtable on Archives in the National Research Infrastructure, Canberra. https://www.researchgate.net/publication/341931773_Research_in_and_on_archives
- Nonaka, I., Toyama, R., & Konno, N. (2000). SECI, Ba and Leadership: A Unified Model of Dynamic Knowledge Creation. *Long Range Planning*, 33(1), 5-34.
- Ribeiro, F. (2005). Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, I Série, IV, 83-100.
- Ribeiro, F., & Cerveira, M. E. (Eds.). (2018, July 9-11). *Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age, Proceedings of the Fifteenth International ISKO Conference* [Paper presentation]. International Conference Proceedings Book, Porto.
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitectura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão*. Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.
- Wiedeman, G. (2019). The Historical Hazards of Finding Aids. *The American Archivist*, 82(2), 381-420. <https://doi.org/10.17723/aarc-82-02-20>

Capítulos de obras colectivas:

- Decker, S., & McKinlay, A. (2020). Archival Ethnography. In *The Routledge Companion to Anthropology and Business* (pp. 17-33). Routledge.

Teses:

- Gracy, K. F. (2001). *The Imperative to Preserve: Competing Definitions of Value in the World of Film Preservation* [Unpublished Ph.D. Dissertation]. University of California.
- Potrich, L. N. (2019). *Riscos da Perda de Conhecimento vinculado a Fatores Humanos em Empresas Intensivas em Conhecimento* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214429>



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a eleições e à administração do Interior do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações inseridas de que se recebem 5 exemplares cessam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
Assinaturas	Ano 1956
A 1.ª série	1000
A 2.ª série	500
A 3.ª série	250

Para o estrangeiro e ultimamente através do correio

O preço dos anónimos (pagamento antecipado) é de 4\$00 a folha, segundo do respectivo impresso de preço. Os anónimos a que se refere o § 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21104, de 10 de Dezembro de 1949, têm a redacção de 4\$00 por cento.

SUMÁRIO

Ministérios do Interior, da Justiça, das Finanças e da Educação Nacional:

Nacional:

Decreto-Lei n.º 40 690 — Constitui a Fundação Calouste Gulbenkian e aprova os respectivos estatutos.

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 40 691 — Abre créditos no Ministério das Finanças, a favor do Ministério das Obras Públicas, para reforçar verbas inscritas no orçamento repartido ao serviço dos mencionados Ministérios.

MINISTÉRIOS DO INTERIOR, DA JUSTIÇA, DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Decreto-Lei n.º 40 690

Constitui-se, nos termos deste diploma e dos estatutos que dele fazem parte integrante, a Fundação Calouste Gulbenkian.

Dá-se, por esta forma, o primeiro passo na realização do pensamento generoso do seu instituidor, o sábio britânico Calouste Sarkis Gulbenkian, cuja herança forma o património desta instituição.

A importância dos meios que, pelo seu testamento, lhe foram atribuídos representa a garantia material do exercício da acção que se propõe e que engloba os mais nobres objectivos de solidariedade humana.

Por um lado, foi esta intenção permitir que se desenvolvesse honrosamente actividade no campo da assistência.

Por outro lado, teve em mente que se iniciasse e prosseguisse esforço generalizado no plano da cultura, em suas expressões educativa, artística e científica, proporcionando para tanto os indispensáveis recursos.

A esta dupla finalidade corresponde a instituição que vai erguer-se de acordo com a vontade do testador, e à qual fica pertencendo o avultado remanescente da sua herança. Embora a Fundação tenha a nacionalidade portuguesa e sede em Lisboa, a sua acção exercer-se-á, não só em Portugal, mas também em qualquer outro país onde se mostre aconselhável ou conveniente.

Estamos em frente de um belo exemplo de compreensão da função social da riqueza, a opor ao egoísmo que parece assestear-se do Mundo e que tende a sacrificar a noção superior de que a fortuna tem deveres na ordem moral, que não pode esquecer nem declinar. Ninguém mais claramente o terá compreendido do que esse grande criador de riqueza que foi Calouste Sarkis Gulbenkian. O que a sua inteligência, a sua energia e o seu trabalho

acumularam durante muitos anos reverte, afinal, para a colectividade em benéficos materiais e espirituais.

O instituidor escolheu Portugal para instalar a sede da Fundação e quis que ela se constituísse de harmonia com as nossas leis, o que, antes de mais nada, vale como prova do afecto e de preferência pelo País, a que se acolheu em momento delicado da situação internacional, onde passou os últimos anos da sua operosa vida e onde fixou o seu domicílio. Por essa distinção lhe ficam gratos todos os portugueses.

Mas não poderiam apenas os motivos sentimentais determinar uma escolha em matéria tão importante, e, necessariamente, outras razões, mais ponderadas e reflectidas, passaram no âmbito do testador. Bem sabia ele o valor da paiz portuguesa e a garantia que ela representava para a obra que iria prolongar o seu pensamento. Sobejamente apreciava a tranquilidade que entre nós se desfruta e estimava o que há de estável nas instituições e no equilíbrio social, que são o espelho da nossa personalidade, assim como conhecia o grau de respeito que em Portugal se professa, em casos desses, pela vontade dos instituidores. Por tudo isto, a resolução que tomou foi, também, um acto de fé e de confiança.

Não se desmentirá a justa expectativa de quem entregou ao nosso país a guarda de um legado magnífico, e a administração da Fundação, de natureza portuguesa, não deixará de honrar plenamente essa confiança, pelo acerto dos seus actos e pelo esmerado pecto na execução da vontade do testador.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e en promulga, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Fundação Calouste Gulbenkian, criada por Calouste Sarkis Gulbenkian, em testamento datado de 18 de Junho de 1933, é uma instituição particular de utilidade pública geral, com sede em Lisboa, perpétua e dotada de personalidade jurídica, que se regerá pelos estatutos anexos ao presente diploma, e que dela fazem parte integrante, e, subsidiariamente, pela legislação portuguesa aplicável.

Art. 2.º Os fins da Fundação são caritativos, artísticos, educativos e científicos.

Art. 3.º O património da Fundação é constituído pelos bens e valores a que se refere o artigo 8.º dos estatutos.

Art. 4.º A administração da Fundação compete a um conselho, composto de três a nove membros, dos quais um será o presidente, devendo a maioria ter a nacionalidade portuguesa.

Art. 5.º O exame anual do inventário do património da Fundação e do balanço das receitas e despesas do ano anterior, bem como a verificação da aplicação dos rendimentos de harmonia com os fins estatutários, fica-

Imagem 1 — Publicação em Diário do Governo dos estatutos da F.C.G. no Decreto-lei 40690 de 18 de julho de 1956



Imagem 2 – Processo de acesso à documentação do A. S. S. D. H. (fluxograma) @ Rita Fernandes

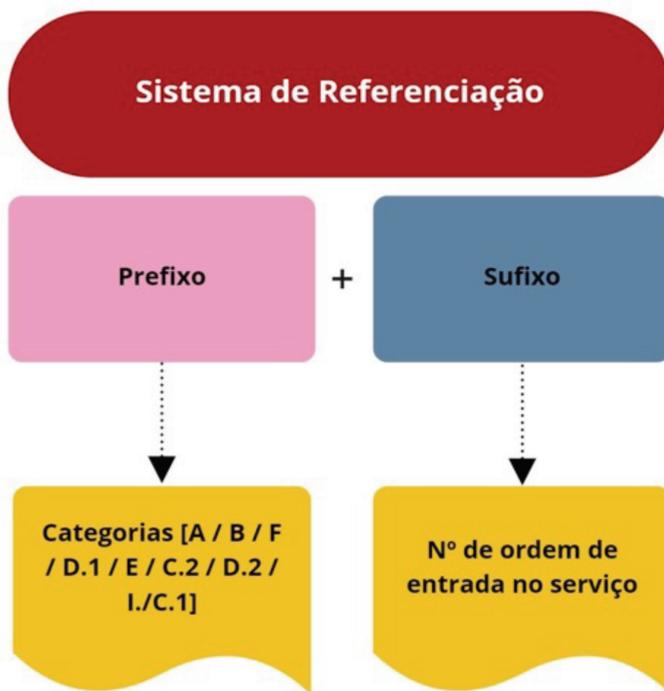


Imagem 3 – Sistema de Referência do Serviço de Beneficência anterior aos anos 2000 (fluxograma) @ Rita Fernandes

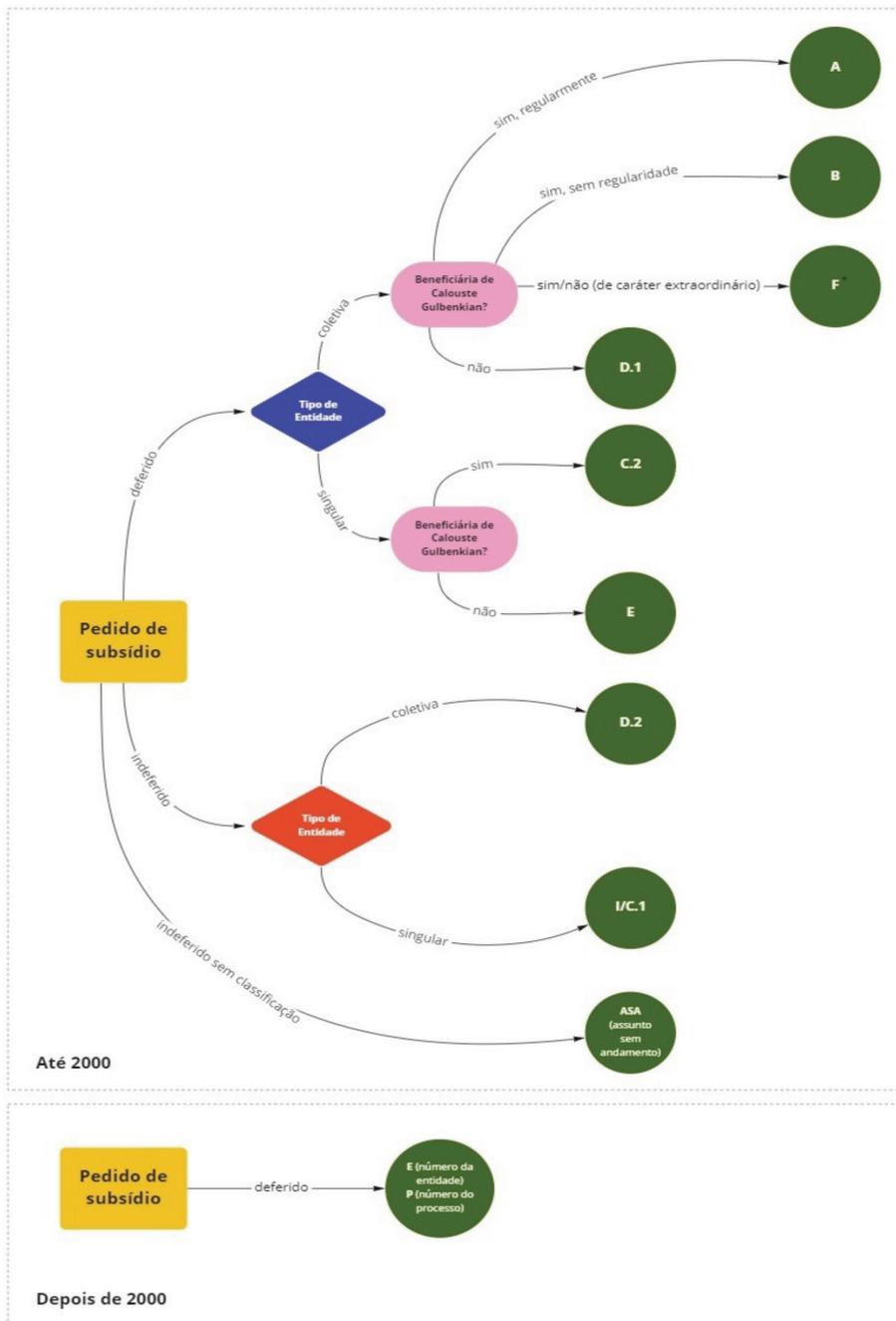


Imagem 4 – Classificação dos processos no Serviço de Beneficência da F. C. G. (fluxograma) @ Rita Fernandes



Imagem 5 – Cronologia do Serviço de Beneficência da F. C. G. com destaque para a alteração de classificação na sequência da informatização @ Rita Fernandes

